

O QUE DEIXOU DE SER VOTADO

■ **Orçamento** — Pela Constituição, o Orçamento da União deveria estar aprovado até 31 de dezembro. Mas o projeto não conseguiu ainda sequer sair da Comissão Especial de Orçamento, que ainda examinava os relatórios setoriais. O presidente da comissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e o relator, Iberê Ferreira (PFL-RN) estão nas listas da pasta rosa.

■ **Créditos Suplementares** — Quase 50 pedidos de créditos suplementares para despesas do Executivo também ficaram pendentes de aprovação. Como tratam desde pagamento de pessoal até dinheiro para projetos de ministérios, têm necessariamente que ser aprovados. Por isso, devem ser votados na semana que vem pela comissão representativa do Congresso, integrada por 16 deputados e sete senadores, que é formada a cada recesso para decisões de emergência.

■ **Inativos** — O projeto institui a contribuição dos inativos do serviço público para a Previdência. Hoje, essa contribuição não existe e representa 1,7 bilhão para o Governo. O projeto está na Câmara e foi retirado de pauta esta semana pelo próprio Governo, que temia uma derrota por causa da crise. Há também o projeto que institui a contribuição dos autônomos, no mesmo caso.

■ **Lei das patentes** — O projeto tramita há quatro anos, foi aprovado na Câmara e está na reta final de tramitação no Senado, onde seria votado até o fim do ano. Ficou pendente na Comissão de Assuntos Econômicos. A CAE é presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), um dos personagens da crise do Sivam.

■ **Reforma da Previdência** — O Palácio do Planalto esperava chegar ao fim do ano com a emenda aprovada em primeiro turno na Câmara. Não conseguiu nem tirar o projeto da comis-

são especial. Na última semana, a votação do relatório Euler Ribeiro foi adiada sucessivamente por três vezes.

■ **Fundo de Estabilização Fiscal** — O Governo esperava aprovar a prorrogação do Fundo Social de Emergência, considerado fundamental para cobrir as despesas orçamentárias, até dezembro. Sem isso, não contará com o dinheiro já em janeiro. A emenda do FEF foi aprovada às pressas na Câmara mas emperrou no Senado, onde tem como relator o líder do PMDB, Jader Barbalho.

■ **CMF** — O imposto do cheque encontra tantos problemas na Câmara dos Deputados que o ministro da Saúde, Adib Jatene, mostra-se desanimado. A tendência até o momento é a sua rejeição. Para piorar a situação, o Orçamento não foi votado e a CMF não pode ainda ser prevista.

■ **Sivam** — A comissão especial que está examinando as irregularidades no Sistema de Vigilância da Amazônia passa por momentos difíceis, porque quanto mais pessoas são ouvidas, mais os senadores se convencem de que é preciso fazer concorrência para o Sivam. E isto o Governo não quer, sob o argumento de que ficaria desmoralizado internacionalmente.

■ **Reforma administrativa** — A previsão é de que seja votada pela comissão especial até o final de fevereiro ou início de março. Também não tem muitas polêmicas. As maiores já foram resolvidas na Comissão de Constituição e Justiça.

■ **Reforma Tributária** — Esta emenda constitucional está emperrada. Embora em tramitação e com relator trabalhando — o deputado Mussa Demes (PFL-PI) —, poucos se lembram de que funciona. Para complicar a situação, mais de 20 projetos de senadores e deputados foram juntados a ela.